

Universidade Católica de Brasília

UCB VIRTUAL

CURSO
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS.

Título do trabalho

Autor: Célio Darlan Veras e Silva

Orientadora: Anelise Pereira Sihler

BRASÍLIA

2009

CÉLIO DARLAN VERAS E SILVA.

**SUBJETIVIDADE NA RELAÇÃO COM O USUÁRIO: ENTRE A TUTELA E
A AUTONOMIA.**

**“A Sombra do Poder no Relacionamento entre Equipe PROVITA e
Usuários.”**

Brasília – DF
Outubro-2009

Universidade Católica de Brasília
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO HUMANOS

CÉLIO DARLAN VERAS E SILVA.

**SUBJETIVIDADE NA RELAÇÃO COM O USUÁRIO: ENTRE A TUTELA E
A AUTONOMIA.**

**“A Sombra do Poder no Relacionamento entre Equipe PROVITA e
Usuários.”**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação em Direitos Humanos (lato sensu) como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos.

Área Temática: Direitos Humanos, Psicologia, Programas de Proteção à Testemunha.

*Orientadora: Professora
Anelise Pereira Shiler*

Brasília – DF
Outubro-2009

Silva, Célio Darlan Veras e.

A Sombra do Poder no Relacionamento entre Equipe PROVITA e Usuários. / Célio Darlan Veras e Silva.

Monografia – Especialização em Direitos Humanos

Brasília – DF, Outubro de 2009.

Área de Concentração: Direitos Humanos, Psicologia, Programas de proteção à Testemunhas.

Orientador: Anelise Pereira Shiler

1. Direitos Humanos 2. Psicologia 3. Subjetividade 4. PROVITA

Universidade Católica de Brasília
ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO HUMANOS

CÉLIO DARLAN VERAS E SILVA.

**SUBJETIVIDADE NA RELAÇÃO COM O USUÁRIO: ENTRE A TUTELA E
A AUTONOMIA.**

**“A Sombra do Poder no Relacionamento entre Equipe PROVITA e
Usuários.”**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do título de Especialista em Direitos humanos, e aprovada em sua forma final pela banca examinadora da Universidade Católica de Brasília.

Brasília - DF, 19 de outubro de 2009.

Professor

Especialista
Orientador

Professor

Mestre
Avaliador

Professora.....

Mestre
Avaliadora

ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO HUMANOS

CÉLIO DARLAN VERAS E SILVA.

**SUBJETIVIDADE NA RELAÇÃO COM O USUÁRIO: ENTRE A TUTELA E
A AUTONOMIA.**

**“A Sombra do Poder no Relacionamento entre Equipe PROVITA e
Usuários.”**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-graduação lato sensu em Direitos Humanos como parte dos requisitos para obtenção do título de Especialista em Direitos Humanos.

Área Temática: Direitos Humanos, Psicologia, Programa de proteção à testemunha.

Orientadora: Anelise Pereira Shiler

Especialista.

Dedico este trabalho à minha companheira Sandra e ao meu filho Vítor, forças de inspiração para sentir e pensar um mundo melhor.

Ao término de mais um desafio em minha vida, agradeço aos que me proporcionaram a oportunidade de estar concluindo este curso com êxito, a nossa professora orientadora, Anelise Pereira Shiler e aos companheiros de trabalho que muito colaboraram com suas reflexões para o empreendimento deste trabalho.

“Por dominação eu não entendo o fato de uma dominação global de um sobre os outros, ou de um grupo sobre outro, mas as múltiplas formas de dominação que podem se exercer na sociedade. Portanto, não o rei em sua posição central, mas os súditos em suas relações recíprocas: não a soberania em seu edifício único, mas as múltiplas sujeições que existem e funcionam no interior do corpo social.”

Michael Foucault – Microfísica do poder.

RESUMO

Subjetividade na Relação com o Usuário: Entre a tutela e a Autonomia – A Sombra do Poder no Relacionamento Entre Equipe PROVITA e Usuários. 2009. 38 p. Monografia (Pós Graduação em Direitos Humanos) – Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Direitos Humanos e Proteção, Brasília – DF.

Este estudo visa compreender os aspectos subjetivos da relação entre Equipe do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas e os seus Usuários. Busca-se o objetivo de identificar os elementos que podem servir de fomentadores ou bloqueadores do processo de emancipação dos usuários em sua trajetória no programa. Dessa maneira, procurou-se inicialmente, definir qual o tipo de relação que se estabelece no contexto do programa e os riscos que uma relação de assistência poderá degenerar, configurando-se em uma relação de assistencialismo. Após essa delimitação, é feito um recorte para a análise subjetiva dos atores dessa relação, buscando como referência a psicologia analítica como base conceitual. Analisa-se a questão do poder nessa relação e seus aspectos inconscientes, que podem interferir na busca da autonomia dos usuários.

Palavras - Chave:

1. Direitos Humanos
2. Psicologia
3. Subjetividade
4. Programa de proteção

ABSTRACT

Subjectivity in the Relationship with the User: Between Tutorship and Autonomy – The Shadow of Power in the Relationship between the PROVITA Team and Program Users. 2009. 38p. (Post-Graduation in Human Rights) – Submitted as Term Paper in the Conclusion of the Specialization Course in Human Rights and Protection, Brasília – DF.

The present study aims to understand the subjective aspects in the relationship between the Team members of the Victim and Witness Protection Program and the Program's Users. We expect to identify elements which may foster or block these Users' emancipation process through the program. Hence, we initially sought to define the sort of relationship established in the program and the risks that an assistance-based relationship may degenerate, configuring the practice of assistencialism. We then went on to select a sample for the subject analysis of the actors in that relationship, having the analytical psychology as our conceptual basis. The power and its unconscious aspects which play a role in such relationship and may interfere in the Users' search for autonomy are analyzed.

Key words:

1. Human Rights
2. Psychology
3. Subjectivity
4. Protection Program

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.	13
1.1 Subjetividade na relação com o usuário: entre a tutela e a autonomia.	13
1.2 O Problema	13
1.3 Objetivo Geral	15
1.3.1 Objetivos Específicos	15
1.4 Questões	15
1.5 Hipótese	16
1.6 Importância / justificativa pela escolha do tema	16
2 CONTEXTUALIZANDO O PROVITA.	17
3 REFERENCIAL TEÓRICO.	18
3.1 Definindo a relação.	18
3.2 A especificidade da relação equipe – usuários no PROVITA.	21
3.3 A análise subjetiva da relação.	23
3.4 A sombra do desejo de ajuda.	24
3.5 A sombra pessoal, coletiva e arquetípica.	26
3.6 A sombra - oportunidade para o desenvolvimento psicológico.	28

3.7 O encontro humano – espaço da transformação.	30
3.8 O desejo de ajudar como uma necessidade.	30
3.9 Necessidades que se tornam exigências.	31
4 METODOLOGIA	34
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	
REFERÊNCIAS	

1 INTRODUÇÃO

1.1 Subjetividade na relação com o usuário: entre a tutela e a autonomia.

Através da nossa experiência como técnico do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (PROVITA), temos percebido nas intervenções o forte impacto psicológico que se estabelece na relação entre a equipe técnica/apoios e os usuários. Trata-se de uma relação permeada de conteúdos emocionais intensos, levando a sentimentos ambivalentes e difíceis, muitas vezes, de serem vivenciados entre as partes envolvidas. Pensamos ser necessário compreender com mais profundidade os aspectos complexos dessa relação. Visto que, é no âmbito dessa dinâmica relacional, que se trabalha com a perspectiva progressiva de um movimento que parte inicialmente de uma condição de forte restrição à independência do usuário, gerada pelo impacto do programa na vida deste indivíduo e de sua família e a busca de sua reestruturação de vida e reconquista da autonomia. É nesse contexto entre a tutela dos técnicos, agentes legais do programa, e a reconstrução da autonomia do usuário que se estabelece essa relação. Sendo importante esclarecer, que seria ilusório imaginar que este processo possa ocorrer de forma tão previsível e linear como podemos idealizar. Nesse percurso, entre a tutela e a autonomia, ocorre o encontro entre subjetividades que poderão ou não se constituir na possibilidade de uma verdadeira relação que tenha como objetivo final a emancipação.

1.2 O Problema

Pensarmos a condição humana é reconhecermos esse *Ser* numa dimensão relacional. O que mais nos ocupa em nossas vidas senão os outros seres humanos? Desde o início da nossa existência a consciência emerge a partir das relações que estabelecemos com os outros. Mais do que sua natureza social, este *Ser* desenvolve sua noção de si implicado na vivência dos sentimentos e do encontro com os demais seres humanos. É nessa interação que este *Ser* reconhece sua humanidade e constrói significados na vida, construindo seu mundo interior, ou melhor, sua subjetividade. Nesse encontro de subjetividades revela-se a tentativa de

conhecimento do si mesmo e do outro. Como também a possibilidade da negação e do entrave de todo esse processo.

O problema se estabelece pelas dificuldades vividas na experiência de todo relacionamento humano, revelando, na maioria das vezes, aspectos difíceis de serem reconhecidos pelos protagonistas dessa relação.

Dentro do contexto do programa, estas dificuldades poderão adquirir uma dimensão bem mais complexa, diante das situações vividas pelo usuário. Onde os mesmos carregam consigo os estigmas das pessoas vítimas da violência, onde vivenciam situações de risco de morte devido à condição de seu testemunho e que passam por fortes experiências emocionais de rupturas culturais, profissionais, familiares e comunitárias.

Certamente não é somente esta condição excepcional do usuário que dá o caráter complexo desta relação. Dela participa os profissionais da equipe (técnicos e apoios) que influenciam e também são influenciados por este encontro e dele saem impactados. As reticências psicológicas dos profissionais também devem ser consideradas, já que estamos focalizados na dinâmica da relação. Em um encontro humano nós afetamos os outros e por eles somos afetados, não dá para passar imune a isso.

Acreditamos que os efeitos deste fenômeno relacional não podem ser ignorados sob o risco de se comprometer substancialmente um dos objetivos esperados do programa, especificamente no que se refere à reinserção social dos usuários e a reconstrução de sua autonomia de vida.

Percebemos que existem diversas imagens presentes (o protetor, a vítima, o algoz) que podem influenciar fortemente na dinâmica desta interação. Portanto, torna-se fundamental desvendar os aspectos sombrios desta relação, analisando detalhadamente esses elementos inconscientes para permitir uma ação mais embasada da atuação técnica, permitindo que o relacionamento entre equipe técnica/apoios e usuários se estabeleça numa perspectiva de potencializar este encontro humano, evitando-se com isso, o risco de exorbitarmos em nosso poder de protetor e/ou no não reconhecimento do poder do protegido que também atua nesta relação.

1.3 Objetivo Geral:

Analisar o contexto relacional que se estabelece entre a equipe do PROVITA e os usuários sob a influência do cenário do programa de proteção, fornecendo subsídios técnicos necessários para uma intervenção fundamentada e focada nos objetivos da emancipação dos usuários.

1.3.1 Objetivos Específicos:

- Estudar a dinâmica do relacionamento entre equipe técnica/apoios e os usuários do PROVITA.
- Esclarecer os possíveis impactos desta relação que podem influenciar no processo de autonomia do usuário.
- Conhecer os aspectos deste relacionamento que podem ser facilitadores e/ou bloqueadores do processo de autonomia do usuário.

1.4 Questões:

- Existem aspectos envolvidos no relacionamento entre equipe do PROVITA e usuários que podem interferir no processo de autonomia dos usuários?
- Quais as representações (imagens) que surgem no relacionamento usuário – equipe PROVITA?
- Quais as percepções que a equipe PROVITA tem do relacionamento com os usuários? Quais as representações (imagens) que se tem dos mesmos? O que isto poderá influenciar no processo de autonomia dos usuários?
- Quais as representações (imagens) que os usuários constroem em relação ao PROVITA?
- Quais as representações (imagens) que os usuários constroem em relação aos membros da equipe (técnicos/apoios)?
- Quais aspectos reforçam o movimento emancipatório do usuário?
- Quais aspectos reforçam o entrave ou desvirtuamento deste processo?

1.5 Hipótese:

- Existem aspectos inconscientes vivenciados no relacionamento entre a equipe do PROVITA e usuários que podem desvirtuar o processo de autonomia do usuário.

1.6 Importância / justificativa pela escolha do tema:

Entendemos que este estudo poderá trazer reflexões importantes sobre um fenômeno que é, muitas vezes, mal compreendido em nossas relações cotidianas e que nem sempre é reconhecido como fator de influência para o alcance de resultados, sejam eles positivos ou negativos, de nossas ações. Esse fenômeno se caracteriza pelo encontro de duas subjetividades na perspectiva da relação de apoio.

Nesse sentido, buscamos com esse estudo o rigor necessário para não permitir cristalizarmos nosso olhar sobre o usuário, e porque não dizermos também, a nossa própria atuação técnica, evitando-se a construção de estereótipos que superficializam esta relação e a limita em suas possibilidades de desenvolver os potenciais de autonomia do usuário.

Através de uma visão voltada para a análise subjetiva da relação equipe-usuário, poderemos entender quais as forças que interagem neste processo. Toda interação humana envolve uma relação de poder. Estarmos conscientes destas forças atuantes proporcionará uma postura da equipe do PROVITA focada no suporte e atendimento das reais necessidades dos usuários.

Nossas expectativas se alicerçam em proporcionar um aperfeiçoamento da atuação dos técnicos e apoios do PROVITA, contribuindo para a efetivação do atendimento de uma das metas essenciais do programa, a reinserção social do usuário, respeitando sua condição de sujeito de direitos e deveres e sua dignidade humana.

2 CONTEXTUALIZANDO O PROVITA – PROGRAMA DE PROTEÇÃO A VÍTIMAS E TESTEMUNHAS AMEAÇADAS.

O Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas – PROVITA é fruto das conquistas históricas das lutas pelos direitos humanos em nosso país, que vêm sendo consolidado com mais profundidade desde a época da ditadura militar, com a atuação das pastorais da igreja católica surgindo como espaço de resistência e defesa dos direitos humanos.

Apesar da Declaração Universal dos Direitos Humanos ser do ano de 1948, em nosso país, esse tema somente veio aglutinar uma mobilização política na década de 70, em pleno período repressor. Nesse sentido, Bakker (2008) nos diz que foi nesse período onde houve a supressão dos direitos civis e políticos e com a imposição de um modelo econômico excludente que avançava sobre os direitos sociais e econômicos que começaram a eclodir as forças de resistências em defesa dos direitos humanos.

A Constituição Federal de 1988 consagra no aspecto normativo o tema dos direitos humanos e este é colocado definitivamente na agenda das instâncias governamentais e não governamentais de nosso país. Entretanto, para Bakker “o reconhecimento formal não foi suficiente para modificar substancialmente o padrão tradicional das graves violações a estes direitos no país” (Bakker, 2008 p. 19). Já que historicamente, o maior violador dos direitos humanos é o próprio Estado brasileiro com seus órgãos de repressão (polícia, forças armadas). Diante disso, ainda permanece como um desafio aos órgãos governamentais e não governamentais, através de formulações de políticas públicas eficientes, o enfrentamento dos altos índices de violações dos direitos humanos que vivenciamos em nosso país.

Nesse cenário de impunidade e violência alarmante surge a iniciativa do GAJOP – Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares, uma ONG de atuação em direitos humanos, fundada em 1981 e localizada na cidade de Recife – PE. Coube a esta entidade, buscar a experiência dos programas de proteção a testemunhas em outros países (E.U.A., Canadá, Reino Unido, Itália), já que não havia nenhum modelo em nosso país, e com isso promover a formulação e implantação, em 1996, de um programa de proteção à testemunha com a

participação da sociedade civil e o Governo do Estado de Pernambuco. Através dessa experiência positiva em 1998, esta mesma entidade celebra o convênio com o ministério da Justiça, por meio da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, que atualmente se denomina como Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, com o intuito de sensibilizar outros Estados a implantar o programa. Neste mesmo ano, o programa passa a ser implantado nas cidades do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia. Hoje, são 17 Estados que se encontram contemplados com o PROVITA, sendo que teremos em breve a inclusão do Estado do Rio Grande do Norte. O GAJOP é responsável pela execução do programa nos Estados do Acre e Pernambuco e pelo Monitoramento Nacional.

O PROVITA apresenta como princípio norteador a parceria entre Estado e sociedade civil. Embora o seu objetivo se baseie no combate a impunidade e à diminuição dos índices de criminalidade, temas geralmente vinculado às políticas na área da segurança, fundamenta-se em uma política pública na linha da proteção aos direitos humanos, com base na Lei nº 9.807/99 promulgada em 13 de julho de 1999.

Nesse sentido, além de promover a proteção, o programa tem o objetivo de proporcionar a inserção social através do atendimento aos seus usuários nas áreas da assistência social, médica, psicológica e jurídica fornecida por uma equipe multidisciplinar composta por Psicólogos, Assistentes Sociais e Advogados, permitindo assim, a facilitação do processo de reestruturação da vida dos usuários e resgate de sua cidadania. Sendo esse o seu diferencial com relação a outros programas internacionais.

3 REFERENCIAL TEÓRICO.

3.1 Definindo a relação.

O ponto inicial de abordagem desse estudo parte da necessidade de reconhecermos o caráter da relação que se manifesta entre os usuários do programa de proteção e a equipe do PROVITA. Bucher (1989) distingue nove tipos de relações interpessoais e dentre elas distingue as relações de ajuda e a de apoio. O autor também faz uma distinção entre a relação psicológica e a psicoterápica. Segundo ele, as diversas relações humanas de ajuda enquadram-se no que seriam

as relações psicológicas sem, entretanto, serem de caráter psicoterápico. Para Bucher a relação psicoterápica corresponde a uma relação extrema ou “pura” e nela se encontra contemplada a abertura para uma relação intersubjetiva entre as partes, que nem sempre está presente nas diversas relações psicológicas.

No caso da relação de ajuda, para Bucher (1989), estaríamos diante de uma relação propriamente psicológica, mas não psicoterápica. Quando pensamos em “ajuda” geralmente visualizamos a imagem de alguém que necessita de auxílio e recorre a uma pessoa ou instituição que é supostamente capaz de resolver sua problemática. Nesse sentido a assimetria da relação já se manifestaria desde o início da relação, revelando-se altamente hierarquizada, já que a pessoa que pede aceita situar-se a um nível inferior, declarando-se como incapaz e impotente de resolver os seus próprios problemas.

Podemos perceber essa situação de forma marcante, quando do ingresso dos usuários no programa. A forma do ingresso já impõe essa condição para o indivíduo. A obrigação de sair do seu lugar de origem, rompendo com seus laços afetivos, sociais, culturais e de trabalho; coloca a pessoa inicialmente em uma condição de rendição diante dos desafios que se apresentam em relação aos novos rumos que sua vida irá tomar.

Nessa condição de impotência, muitas vezes sentida como mais uma violência sofrida, o usuário ver-se obrigado a abdicar de sua capacidade, do seu próprio poder, de exercer suas escolhas e até da responsabilidade por si mesmo. Simultaneamente, poderá colocar naquele que ajuda (Equipe PROVITA) em uma posição de superioridade, em um lugar de poder, que supostamente lhe confere um papel daquele que “sabe e pode”. Em outras situações poderá também, estabelecer uma relação baseada em exigências e satisfações absolutas de suas necessidades, manifestando muitas vezes um sentimento de estar sendo indenizado pelos sofrimentos que lhes foram causados, projetando para a Equipe a responsabilidade pela resolutividade de sua problemática sem, contudo, se implicar no processo.

Essa precondição estabelecida nessa relação oferece um risco muito grande para aquele que exerce o papel de “ajudador”. Este poderá com facilidade abusar do poder que lhe foi conferido e começar a exercer uma dominância sobre o “ajudado” nem sempre em benefício da ajuda pedida.

[...] o exemplo típico da relação de ajuda é a relação caritativa ou paternalista – instauradora, como se sabe, de fortes dependências, de submissões passivas e de sentimentos de inferioridade, em oposição aos sentimentos de poder, de superioridade e de dominação daqueles que, com condescendência, oferecem (e às vezes impõem) a ajuda aos necessitados.[...] (Bucher, 1989 p. 109).

Podemos perceber que a relação de ajuda que se estabelece no programa de proteção poderá correr um risco de se tornar uma relação de força com feições perversas, caso não possamos identificar os elementos destrutivos que podem se manifestar de forma aberta ou camuflada, consciente ou inconsciente, acarretando “benefícios” de ambos os lados, aos quais nenhuns dos beneficiários estarão dispostos a renunciar.

[...] A passividade que caracteriza a relação de ajuda do lado do ajudado, implica atividades, “ações” permanentes do lado do ajudante: este “faz” algo para socorrer o primeiro, sendo que estas ações, caritativas ou não, chegam a substituir-se ao engajamento ativo do necessitado. Não é raro que este se acostume, que se acomode em “receber” do outro aquilo que, com um certo esforço ou mediante processos de treinamento e de aprendizagem, ele poderia outorgar-se a si mesmo.[...] (bucher, 1989 p. 109).

Esse tipo de relação leva a uma perspectiva nada alentadora no que diz respeito à autonomia do usuário, trazendo como consequência muitas vezes as características da passividade, resignação e acomodação daquele que é ajudado. É seguindo esse modelo, que se iniciaram as práticas em assistência social, oferecendo ajuda aos desfavorecidos, sem tocar em seus vínculos íntimos de dependência. Através de uma reflexão crítica, essas práticas encontram-se sendo revistas atualmente, assumindo uma feição mais participativa por parte daquele que recebe a assistência. Mesmo assim, ainda representa para muitos trabalhadores da área psicossocial, um vício presente de atuação.

Tal resistência em permanecer arraigado a uma prática assistencialista, poderia ser respondida através de uma análise sócio-histórica já bastante fundamentada por diversos estudos, entretanto, o objetivo desse trabalho visa tratar essa questão dentro de uma perspectiva psicológica, buscando compreender a subjetividade dos atores dessa relação.

Nesse sentido, segundo Bucher (1989), uma relação dentro dessas características representaria uma gratificação de ordem narcísica profundamente cristalizada e muitas vezes inconfessável pelo profissional.

[...] “O enaltecimento que o ajudante pode sentir (e saborear), garante abastecimento narcísico capaz de alimentar as idéias e ambições mais secretas, se não as mais frustradas na vida real; torna-se difícil então abrir mão de uma tal fonte, revigorativa de posições de poder e dominância que, desta forma, ultrapassam o nível de meras fantasias oriundas da infância, para se concretizarem na realidade social. [...] (Bucher, 1989 p.110).

Parece ser esta a razão da resistência em abandonar esse tipo de relacionamento. Para Bucher (1989) ele propiciaria a satisfação de fantasias infantis de onipotência (vividas pelo ajudador) que, na vida adulta, raramente se deixariam realizar, além de permitir a infantilização momentânea ou duradoura do outro (ajudado). Diante de situações comoventes e até mesmo trágicas vivenciadas pelo usuário e seus familiares o profissional poderá ficar tentado a corrigir o seu sentimento de impotência recorrendo a compensações que ao invés de mobilizar as próprias forças do usuário o colocam na situação da dependência.

3.2 A especificidade da relação equipe – usuários no PROVITA.

Apesar de estarmos relatando sobre os riscos e consequências negativas da relação de ajuda, não podemos negar que a condição em que se inicia a relação no programa é de caráter assistencial, ou seja, existe uma objetiva necessidade de ajuda imediata e emergencial aos usuários que ingressam no programa e, portanto, legítima em sua aplicação. Nesse sentido, é importante destacar a distinção entre uma ação assistencial e uma assistencialista. A respeito disso Fidelis (2005) nos diz:

[...] “tem sido comum a confusão na utilização dos termos assistência e assistencialismo. Esta é uma questão delicada, daí a importância que se tenha clareza sobre ela, pois quando se trabalha com a política de assistência social nos espaços em que a intervenção se caracteriza pelo caráter emergencial é comum taxar esta atuação como uma prática assistencialista. Contudo, não se deve equiparar ou confundir ação de emergência com assistencialismo. As ações emergenciais são tão dignas e necessárias quanto as demais ações, o que realmente faz a diferença são os objetivos pelos quais são desenvolvidas.”[...] (Fidelis, 2005 p.1-2)

Se contextualizarmos para o programa de proteção, podemos facilmente reconhecer o caráter emergencial pelo qual se encontra o usuário. Sendo também reconhecido que a assistência social encontra-se integrada as políticas setoriais (art. 2; parágrafo único – LOAS), dentre elas podemos enquadrar o PROVITA, justificando uma ação emergencial de assistência as vítimas da violência.

Parágrafo único. A assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender contingências sociais e à universalização dos direitos sociais. (LOAS – art. 2)

Nesse sentido, é legítimo que uma atuação assistencial, não assistencialista, seja realizada para garantir àqueles que se encontram em situação de fragilidade, as condições necessárias ao exercício de sua cidadania e o alcance dos seus direitos.

Sendo oportuno distinguir com mais detalhamento o que seria uma relação dentro de uma dimensão assistencial de uma assistencialista. Segundo Rolim (deputado PT – RS):

[...] “Pela Assistência Social, esta relação se dará entre dois sujeitos autônomos e não entre um sujeito (Poder Público) e um objeto (comunidade carente). O que se vislumbra é a possibilidade dos assistidos se organizarem de forma independente, elaborarem suas demandas de forma coletiva e passarem a crer mais em si próprios do que na intervenção de qualquer liderança ou autoridade que lhe apareça como “superior”. A Assistência Social é, por isso mesmo, uma prática de emancipação. Se vitoriosa, ela produz sujeitos livres e críticos.” [...]

E faz o contraponto:

[...] “Já o assistencialismo, ao praticar a atenção às populações desfavorecidas, oferece a própria atenção como uma “ajuda”, vale dizer: insinua, em uma relação pública, os parâmetros de retribuição de favor que caracterizam as relações na esfera privada. É pelo valor da “gratidão” que os assistidos se vinculam ao titular das ações de caráter assistencialista. O que se perde aqui é a noção elementar de que tais populações possuem o direito ao amparo e que, portanto, toda iniciativa pública, voltada ao tema da assistência caracteriza dever do Estado.” [...]
[...] “O assistencialismo é, por isso mesmo, uma prática de dominação. Se vitorioso, ele produz objetos dóceis e manipuláveis.” [...]

No contexto do PROVITA, a perspectiva do atendimento assistencial norteia-se pelo princípio da autonomia e da emancipação. Entretanto, a ação assistencial carrega em si o risco da produção da dependência, descaracterizando-se dessa maneira para o assistencialismo. Nesse sentido, Rosato (2005) nos relata sobre essa fronteira tênue entre a assistência e assistencialismo, colocando o possível risco da assistência introduzir o componente da subserviência, trocando a autonomia pelo benefício.

[...] “Esta é a dialética do benefício: é melhor para o beneficiante, porque dele não precisa; pode ser péssimo para o beneficiário, porque dele passa a depender. E este é o drama da assistência: fabrica beneficiários, ou, pelo menos, confirma a situação de beneficiário. Na dialética contrária e complexa entre assistência e emancipação, esta começa a surgir quando se consegue dispensar a ajuda. Assim, ninguém se emancipa sem ajuda, mas emancipar-se é especificamente saber dispensar ajuda” [...] (Rosato, 2005 p. 04).

O grande desafio seria desenvolver junto aos atores dessa relação, a consciência de um processo dinâmico que caminha progressivamente para a autonomia. Sendo importante reconhecer que a relação não se baseia em uma ajuda incondicional, existindo o elemento da contrapartida como fator potencializador da implicação do usuário. Talvez o termo mais adequado fosse o de uma relação de apoio ou suporte, onde se oferece momentaneamente um andaime de sustentação a uma pessoa (ou família) que se encontra fragilizada em sua capacidade de exercer a sua autonomia, até que a mesma possa estar em condições de exercê-la. Jamais pretendendo substituir a responsabilidade e a ação do usuário em sua conquista.

3.3 A análise subjetiva da relação.

Quando pensamos na relação de apoio, trabalhamos com muitos aspectos comuns vivenciados em uma relação psicoterapêutica. Em todo encontro humano, não se pode negar o poder que o outro manifesta sobre a outra pessoa. Toda relação humana é uma relação que traz implícito a condição do poder na sua dinâmica, não sendo possível negar a influência dos afetos que se manifestam nessa relação.

Alguns elementos presentes em uma relação de apoio precisam ser manifestados claramente para que a análise dessa relação possa ocorrer de maneira que se possam identificar os aspectos tanto potencializadores como destrutivos da mesma.

A analogia que se faz com a relação psicoterapêutica se dá devida esta já apresentar diversos estudos focados na dinâmica subjetiva da relação e apresentar um arcabouço conceitual consistente, fornecendo os elementos necessários para a compreensão desse fenômeno numa perspectiva ampliada para as diversas formas de relações psicológicas. Reconhecendo de antemão, que esta comparação não

significaria a defesa de uma atuação clínica psicoterápica dentro do programa. Concordamos com Bucher (1989) quando nos diz que a relação psicoterapêutica se enquadra no contexto das demais relações psicológicas sem, contudo, ser sua única forma de expressão.

Sendo, portanto, um pano de fundo que poderá servir de referencial para a análise da relação de apoio que se estabelece entre equipe e usuários no programa de proteção.

Nesse sentido, focalizaremos a análise da relação utilizando como linha de pensamento o referencial conceitual da psicologia analítica de Carl Gustav Jung.

3.4 A sombra do desejo de ajuda.

Compreendemos que nosso trabalho enquadra-se no que Guggenbuhl-Craig (2004), designou de “profissões de ajuda”:

[...] “envolvem um trabalho especializado e deliberado para ajudar os infelizes, os doentes, aqueles que de algum modo se perderam” [...] (Craig, 2004 pág.9)

Incluindo nessa categoria os psicoterapeutas, médicos, assistentes sociais, os professores, os sacerdotes e uma gama de outros profissionais que lidam com a questão do bem estar do outro.

No contexto do PROVITA, em uma avaliação superficial, poderíamos relacionar os profissionais da psicologia e serviço social como naturalmente ligados a esta categoria, entretanto, partindo da perspectiva do trabalho interdisciplinar, o profissional do direito e os demais membros da equipe, não podem deixar de se furtrar ao exercício desta função acolhedora.

Diante desse cenário complexo que é a relação de apoio e ainda mais com a variável do contexto de um programa de proteção é que focalizamos o nosso olhar. Ampliando para a perspectiva subjetiva de que ao mesmo tempo em que nossa atuação apresenta esse caráter de “ajuda”, está também presente no reverso desse movimento aspectos sombrios (não conscientes) que podem definir um caráter destrutivo dessa relação.

A “ajuda” representa o aspecto positivo de nossa atividade e que de certa forma é o que nossas intenções conscientes procuram afirmar. Seriam os aspectos

mais claros e facilmente reconhecidos de nossa atuação e que nos confortam e conferem um sentimento de estar cumprindo com o nosso dever, de estar fazendo “o melhor” para aquela pessoa que sofre diante de nós.

Existe, porém, um “outro lado da moeda” que não se manifesta de forma tão clara nesta relação, seriam os aspectos mais sombrios de nossas motivações inconscientes e que não são reconhecidos de forma tão clara e de maneira confortável pelo profissional. Esses aspectos subjetivos estão sendo considerados nesse trabalho como sendo influências que podem se somar as outras variáveis e bloquear o processo de emancipação do usuário.

Um fato objetivo e que manifesta uma influência fundamental nessa relação é a questão da postura tutelar que o programa exerce sobre os seus usuários. Ou seja, o usuário ao ingressar no programa passa a submeter sua rotina de vida à equipe do PROVITA. Esta passa a exercer um poder que transita desde as questões de suporte materiais (casa, orçamento doméstico, qualificação...) até as comportamentais (posturas atitudes...). Isto não deixa de trazer consequências subjetivas profundas tanto para o usuário como para os membros da equipe. Esse poder de interferir na vida dos usuários trás em si um risco muito grande de assumir uma feição destrutiva na relação. E isto representa o aspecto sombrio da ação profissional, a sombra do poder que paira sobre o desejo de ajudar. Como relata Craig (2004) ao falar do caráter ambíguo das motivações psicológicas do desejo de ajudar que se transfigura no desejo de poder:

[...] “Frequentemente, o problema em questão parece ser não o bem estar do protegido, mas o poder do protetor. A imposição de uma medida criteriosamente justificada contra a vontade do interessado costuma produzir profunda satisfação no profissional que trata do caso” [...] (Craig, 2004 p.18).

[...] “a análise cuidadosa das profundezas do inconsciente revela que o desejo de poder é um fator extremamente importante. De modo geral, este pode agir livremente quando acobertado pela fachada de retidão moral e objetividade. A crueldade chega ao extremo quando as pessoas fazem dela um instrumento para assegurar o “bem”. Na vida cotidiana, a consciência nos incomoda quando nos entregamos além da conta ao desejo de poder. Mas o sentimento de culpa desaparece por completo da consciência quando nossas ações, ainda que inconscientemente motivadas pelo desejo de poder, são conscientemente justificadas por algo supostamente correto e bom.” [...] (Craig, 2004 p.19).

Na perspectiva de Jung, sempre que no plano da consciência se manifesta um conteúdo que represente os ideais pessoais e coletivos e que, por

isso, tenha um caráter “luminoso” pela clareza com que se apresenta ao sujeito e em concordância com os valores sociais, ocorre de forma complementar uma “constelação” (ativação do arquétipo) no inconsciente do seu oposto. Isto é o que Jung chama de “sombra”.

[...] “a sombra sempre é um tanto destrutiva, agindo negativamente sobre os ideais positivos esposados pela coletividade ou pelo indivíduo. Sua existência é extremamente desagradável e dolorosa para o ego, cujos objetivos são exatamente o oposto.” [...] (Craig, 2004 p. 40 – 41).

3.5 A sombra pessoal, coletiva e arquetípica.

Segundo Craig (2004), a sombra se compõe de três estruturas psicológicas distintas e interrelacionadas. A primeira estrutura seria a sombra pessoal que se caracteriza por:

[...] “imagens, fantasias, impulsos e experiências que por razões pessoais tiveram de ser reprimidos no decorrer da história do indivíduo.” [...] (Craig, 2004 p. 103).

Ela corresponderia, em parte, ao conceito freudiano de inconsciente, no sentido de haver conteúdos que se encontram reprimidos na consciência. Geralmente esses conteúdos relacionam-se aos valores considerados negativos impostos pelos pais e o seu ambiente social, muitas vezes vinculado aos aspectos da sexualidade.

A segunda estrutura que se encontra intimamente vinculada à sombra pessoal seria a sombra coletiva:

[...] “No interior de cada coletividade a sombra coletiva é a mesma. Ou seja, em cada indivíduo ela contém tudo o que não é aceitável em seu meio cultural. Essa sombra é o lado obscuro do ideal coletivo” [...] (Craig, 2004, p. 103 -104).

Ela seria a antítese dos valores consagrados e cultuados pela sociedade. Por exemplo, no Cristianismo da idade média os valores cultuados (ideais coletivos) eram: o temor a Deus, a serenidade, obediência, sobriedade, castidade, pureza, etc. A sombra correspondente dessa época revela-se no ódio, intolerância, êxtase dionisíaco, tendências orgiásticas, luxúria, sexualidade como um fim em si. Uma consequência externa da manifestação dessa sombra foram os atos da inquisição. Os inquisidores tinham como ideal manifesto não o aspecto perverso de torturar e

matar os hereges, mas sim o de “ajudar” e “salvar” a estes e a sociedade das ameaças malignas do demônio.

A sombra pessoal e coletiva exerce seu poder destrutivo aos ideais do ego e da coletividade respectivamente, mas longe de ser um aspecto puramente negativo, elas cumprem também uma função fundamental ao desenvolvimento psíquico e social.

[...] “tanto o ego como os ideais coletivos devem sujeitar-se a constantes ataques, pois eles são falsos e unilaterais. Não fossem eles consumidos pelas profundezas da alma humana, não haveria desenvolvimento individual nem coletivo” [...] (Craig, 2004, p. 104).

A terceira estrutura seria a sombra arquetípica que se vincula as duas outras e supre as mesmas com conteúdos simbólicos que lhes conferem uma concentração de energia suficiente para produzir imagens com força para mobilizar a percepção, o julgamento, as emoções, as ações e condutas do sujeito ou de uma coletividade. Esta última estrutura não se enquadraria propriamente no conceito de sombra, pois a sombra para existir necessita do seu correspondente gerador – a luz. A obscuridade dos ideais pessoais e coletivos surge de sua luminosidade, portanto, existe uma condição de dependência nessa relação. Para Craig (2004), um termo mais adequado para a sombra arquetípica seria “o Mal”, apesar do risco das associações morais ao termo.

[...] “Jung concebia ‘o mal’ como algo independente e não, por exemplo, como uma privatio boni, mera ausência do bem” [...] (Craig, 2004 p. 105).

Nesse sentido, a sombra arquetípica existiria não por estar vinculada ao seu correspondente luminoso, mas como a essência dos aspectos de destrutividade que existe em cada um de nós.

[...] Essa sombra arquetípica é um modo inerente de comportamento humano – um arquétipo. No decorrer da história, tem sido representado por símbolos como o Diabo ou o sol niger dos alquimistas. Muitos dos deuses e deusas mais terríveis na história da religião são símbolos dessa sombra arquetípica: Shiva, Loki, Belzebu etc. [...] (Craig, 2004 p. 105).

3.6 A sombra - oportunidade para o desenvolvimento psicológico.

Na perspectiva da psicologia analítica, o reconhecimento da existência dos aspectos sombrios na estrutura psíquica, longe de significar um caráter psicopatológico, levam a possibilidade de permitir o acesso ao desenvolvimento psicológico do indivíduo. Para que isto ocorra é necessário que o sujeito estabeleça a confrontação com esses aspectos sombrios, mais precisamente com a sombra arquetípica. Isto significa que todos nós temos um potencial destrutivo, um “Mal” dentro de nós e que, para evoluirmos em nosso processo de individuação, necessitamos estabelecer um relacionamento com essa sombra numa perspectiva integrativa.

[...] “o desenvolvimento psicológico em direção à totalidade só é possível através de uma ampliação da consciência resultante de um contato direto com o Mal.” [...] (Craig, 2004 p. 106).

Podemos perceber esse processo, na linguagem simbolicamente rica dos mitos e dos contos de fada. Em muitas histórias vemos o arquétipo do herói se manifestando nesse confronto com “o Mal”. Temos a figura do herói que carrega consigo os aspectos numinosos dos valores dignos de reconhecimento universal (coragem, honestidade, justiça, autosacrifício...). Ele representa também a metáfora da busca humana, do autoconhecimento, que se depara com sua missão através de uma jornada a ser seguida e que fatalmente culminará na confrontação com o Mal. Nesse confronto ele sairá transformado e finalizará a sua jornada restabelecendo o equilíbrio perdido na ordem do seu mundo.

Todas essas histórias trazem de maneira simbólica a manifestação do desenvolvimento psíquico, como algo presente e almejado por nossa alma. E o caminho parece ser claro, para que aja a transformação é necessário o contato da consciência com os aspectos sombrios do nosso psiquismo. Ao mesmo tempo em que temos o potencial destrutivo, temos também um potencial generativo que pode possibilitar a transformação.

Hillman (1984), falando sobre a escuridão interior nos diz que, além dos conteúdos reprimidos que existem na sombra, também existe um potencial de um novo ser que não teve a chance de se manifestar, de “vir à luz”.

[...] “Aí se encontram o Passado e o Futuro. Por trás da escuridão reprimida e da sombra pessoal – daquilo que já era e que está apodrecendo, e daquilo que ainda não é e está germinando – encontra-se a escuridão arquetípica, o princípio do não – ser, que foi denominado e descrito como o Demônio, o Mal, o Pecado Original, a Morte, o Nada Existencial, a prima matéria.” [...] (Hillman, 1984 p. 75).

A sombra pode conter potencialidades que não puderam ser expressas pela força de um ego unilateral que não permitiu um maior reconhecimento de nossas virtudes e habilidades e que por isso, estas mesmas virtudes e habilidades, assumem uma feição marginal em nosso mundo interior. Isto não quer dizer que os conteúdos da sombra sejam exclusivamente potencialidades reprimidas. As imagens consteladas no inconsciente apresentam-se sob a regência de símbolos paradoxais, esta é a linguagem do inconsciente. Nessas imagens de caráter arquetípico, existem todas as possibilidades de representação simbólica tanto para o lado positivo (potencial) como negativo (destrutivo) da experiência existencial do sujeito.

[...] “o que é positivo e o que é negativo? A luz unilateral da consciência do ego deduz que a escuridão significa negligência. E o que surge na sombra são mesmo os elementos negligenciados. Toda vez que o ego menospreza suas próprias virtudes e talentos, estes passam a incorporar-se a figuras oníricas que se apresentam sob a forma de marginais, ou seja, seres que foram marginalizados pelas duras leis com que edificamos nossa sociedade interior.” [...] (Hillman, 1984 p. 77 - 78).

Nesse sentido, o contato com a sombra não significa somente o contato com os elementos de nossa inferioridade, mas a possibilidade de contato com aspectos importantes do nosso desenvolvimento. O confronto com a sombra não leva somente ao sofrimento patológico, mas a chance de viver uma experiência transformadora.

Através desse movimento de confrontação, pode-se perceber que a superação do conflito psíquico passa pela aceitação de si. Como diz Hillman (1984), sobre o problema da cura da sombra:

[...] “a cura é um paradoxo que requer dois incomensuráveis: o reconhecimento moral de que essas partes em mim são pesadas e intoleráveis, precisando mudar justamente com a aceitação amorosa e risonha que as receba exatamente como são, com alegria e para sempre.” [...] (Hillman, 1984 p. 80).

Trata-se de um problema moral e de amor por si mesmo. Aceitar carregar a sombra consigo seria o primeiro passo em direção a cura, entretanto, não basta

carregá-la, é necessário cuidar dela no sentido de buscar a compreensão daquilo que é desagradável e inferior em nós, o que muitas vezes não é fácil de reconhecer e assumir socialmente.

3.7 O encontro humano – espaço da transformação.

Percebemos que é no encontro humano que surge a possibilidade de podermos realizar essa desafiadora tarefa. Mesmo sabendo que a sombra relaciona-se com o interior de cada um do que propriamente no relacionamento com o outro. Mas é nesse relacionamento que surge a possibilidade de se revelar esses aspectos sombrios, pois o outro têm esse poder de nos revelar. Como diz Hillman (1984), na perspectiva da psicologia:

[...] “o problema é o próprio indivíduo, assim como eu sou o meu próprio problema.” [...] (Hillman, 1984 p. 11).

O problema revela-se no relacionamento humano, mas é na confrontação consigo mesmo, com suas sombras, que a pessoa poderá operar sua transformação.

Lançar luz sobre esse encontro humano poderá trazer uma melhor competência de atuação em nosso trabalho enquanto profissional do PROVITA:

[...] “Os analistas, orientadores e assistentes sociais são eliminadores de crenças e solucionadores de problemas. Estamos procurando problema mesmo antes de a pessoa sentar-se na cadeira à nossa frente. ‘O que houve?’, ‘O que aconteceu de errado?’... O encontro começa não apenas com as projeções da pessoa que vêm em busca de ajuda, mas também com as intenções treinadas e organizadas do “ajudador” profissional” [...] (Hillman, 1984 p. 12).

3.8 O desejo de ajuda como uma necessidade.

A questão da contratransferência há de ser considerada nesta situação, ela já se estabelece antes mesmo da transferência chegar a se iniciar com o usuário. Que expectativas o profissional de ajuda traz consigo em relação ao usuário? Que imagens ele constrói do usuário? Podemos também, antes mesmos de analisar nossas expectativas em relação ao usuário, refletirmos sobre nossas próprias expectativas em relação a nossa atuação, que oscila entre a polaridade da

onipotência – impotência na resolutividade das demandas dos usuários. O que nos faz estar nesse trabalho? Como se deu essa nossa escolha?

[...] “Minhas necessidades nunca se ausentam. Eu não poderia exercer esse trabalho se não precisasse fazê-lo. Minhas necessidades não são só minhas; em nível mais profundo, elas pertencem, refletem e falam de uma situação que também corresponde à necessidade do outro. Assim como quem me procura vem em busca de ajuda, eu preciso dele para expressar minha capacidade de ajudar.”[...] (Hillman, 1984 p. 13).

Reconhecer o desejo de ajuda como uma necessidade parece não ser algo fácil de aceitar. Já que a necessidade muitas vezes é vista como uma fraqueza, dependência e submissão a outrem e que se relaciona a uma condição interna sentida como uma falta em cada indivíduo. Fácil seria aceitar esse desejo como resultante de uma vocação que indicaria um motivo nobre e externo a nós, como por exemplo, um chamado divino. Mas como disse Hillman (1984), “nossas necessidades nunca se ausentam” e negá-las seria perigoso. São elas que nos conferem à condição de humanidade, que nos colocam no contato com o outro, enquanto seres incompletos que se revelam nessa relação.

[...] “A necessidade não é prejudicial em si mesma. Mas, quando não é reconhecida ela se junta às sombras do aconselhamento e trabalha traiçoeiramente sob a forma de exigências” [...] (Hillman, 1984 p. 14).

3.9 Necessidades que se tornam exigências.

O problema do não reconhecimento das necessidades do profissional de ajuda leva-o ao risco de basear a construção do seu olhar sobre o usuário de maneira tendenciosa, focado em atender mais em cima dos seus próprios referenciais do que nas necessidades do usuário. Não queremos dizer com isso, que seja possível a construção desse olhar de forma neutra e imparcial, pois a questão não se fundamenta em negar ou eliminar essas necessidades, isto seria ilusório, mas sim na necessária tomada de consciência de sua existência e maneira de como elas poderão ser expressas, baseadas nas ações do próprio sujeito que necessita, e não recaindo como uma exigência que possa ser colocada para o outro:

[...] “Pelo fato de nossas necessidades não admitidas levantarem-se sob a forma de exigências, o reconhecimento objetivo desse dado como algo inerente à nossa humanidade e condição de criatura ajudará a impedir que elas degenerem em necessidades prementes de realização no mundo

objetivo. Exigências pedem satisfação, necessidades precisam apenas de expressão.” [...] (Hillman, 1984 p. 14).

Admitir essas necessidades significa realizar o processo de confrontação com as sombras em nossa estrutura psíquica. Reconhecendo também que o outro (usuário) traz consigo necessidades não reconhecidas que almejam urgentemente ser atendidas e que se estabelecem na forma de exigências que recaem sobre a equipe e o profissional de ajuda.

Estabelece-se dessa maneira uma relação de complementaridade entre as necessidades do profissional e a do usuário. O próprio usuário poderá colocar o profissional de ajuda em um lugar de poder, podendo reforçar os aspectos sombrios das necessidades do profissional, como por exemplo, o de ser capaz de ajudar de forma desmedida, de resolver todos os problemas do usuário e aquietar o seu sofrimento.

Assim como da mesma maneira, o profissional não consciente desse processo poderá colocar o usuário no lugar do “não poder”, do incapaz, do sofredor, da vítima impotente e sem condições de orientar sua própria vida. O outro poderá servir para se sujeitar as necessidades não reconhecidas do profissional. Hillman nos alerta para o risco que corremos ao tentar:

[...] “encaixar o outro num papel ao qual ele talvez não esteja destinado. Pois se eu for o pai, ele terá de ser o meu filho; se eu tiver de curar, ele terá de estar doente; e, se por acaso, eu for um iluminado, só poderei entendê-lo como alguém perdido na escuridão. Estas imagens fazem parte do cenário, constituindo o pano de fundo onde o outro entra em cena, como no teatro.” [...] (Hillman, 1984 p. 15 -16).

Essa relação é regida por imagens (arquétipos) que mobilizam e conduzem à emergência das necessidades presentes tanto para o profissional como para o usuário. Estas imagens encontram-se expressas nos símbolos de nossa cultura. Podemos ser nessa nossa relação com o usuário, “O Anjo protetor” - guardião da vida; “O Iluminado” – que retira das trevas; “O Cristo” – salvador que revela o novo caminho a ser seguido; “A Família” – nas palavras utilizadas por uma usuária ao se referir a equipe do programa.

Podemos também, na linguagem paradoxal do arquétipo ser “O Algoz” – que se metamorfoseia na imagem do opressor, podemos ser aquele em que o usuário projeta seus sentimentos negativos e responsabiliza pela desestruturação de

sua vida, aquele que suprime sua liberdade e lhe tolhe a autonomia; O Pai castrador (que tem uma “Lei” que justifica sua conduta) – que promove o castigo diante da quebra de normas.

*[...] “Quanto menos eu for consciente dessas necessidades pessoais e de como elas filtram forças que atuam em mim, tanto mais os arquétipos aparecerão sob forma direta e impessoal. E então, repentinamente, o aconselhamento mergulha em profundidades subumanas, e necessidades desumanas começarão a surgir de ambas as partes. Ninguém pode controlar a psique e manter tudo isso fora de ação, mas o que se pode é conhecer um pouco melhor esses elementos, mantendo-os do lado humano ao admitirmos desde o início as necessidades de nossa equação pessoal.”
[...] (Hillman, 1984 p. 16).*

Não há como negar a influência dessas infinidades de imagens da psique em nossa atuação profissional. As imagens arquetípicas dominantes da cultura em que vivemos podem influenciar em nosso trabalho, não há como escapar disso.

A conscientização das nossas necessidades, das escolhas que nos fizeram estar nesse trabalho, estarmos nessa atuação, significa termos condições de agir sem estabelecermos exigências que tentam encaixar o usuário num papel ao qual ele talvez não esteja destinado.

Nesse sentido, podemos colocar como um exemplo, a situação de muitas vezes nos vermos planejando a inserção social do usuário colocando-o em um “projeto de vida” que na realidade não se baseia nos seus referenciais, mas sim nos nossos próprios referenciais, que podem se nortear por valores de nossa classe social, experiências emocionais, modelos de aprendizagens, nossas demandas psicológicas, ou seja, referenciais que podem estar regido por nossas necessidades conscientes ou não.

Ao negarmos a possibilidade do diálogo onde se poderá emergir uma escuta plena das reais necessidades do usuário como um ser que deseja e que traz em sua trajetória os arranjos criativos de lidar com a sua própria vida, poderemos correr o risco de despotencializá-lo, de negar o seu próprio desejo. Colocando-nos na posição do outro, que sabe e pode e que castra a vontade de potência do usuário e que passa então, a desejar por ele. Prevalece a vontade do outro que imaginariamente é percebido pelo usuário como aquele que tem uma suposta

potência de realização. Quantas vezes não fazemos o usuário acreditar que somos nós que sabemos sobre ele?

Ao atuarmos dessa maneira poderemos incorrer no erro de não reconhecermos nossas necessidades (exigências) inconscientes em relação ao usuário. Negamos com isso, suas possibilidades de escolhas, de autodeterminação, impactando fortemente no resgate de sua autonomia.

O usuário da mesma maneira, seguindo a complementaridade da relação, poderá “exigir” da equipe que esta venha lhe “dar” o seu projeto de vida, permanecendo a “espera” das iniciativas e soluções da equipe, infantilizando-se na relação. Essas necessidades subumanas que chegam para a equipe como exigências poderão encaixar-se em perfeita sintonia com nossas necessidades-exigências de sermos onipotentes no atendimento daquele que necessita de nossa ajuda.

Este é o grande desafio em que nos deparamos na atuação junto aos usuários. Reconhecer nosso limite de exercício de poder diante do outro, bem como reconhecer a capacidade dos mesmos de realizar de forma criativa e potente as suas escolhas na vida.

4 METODOLOGIA

Visando proporcionar maior amplitude da percepção do problema abordado por esse estudo e buscando torná-lo mais explícito, optamos pela pesquisa exploratória utilizando o procedimento de pesquisa bibliográfica.

Realizamos uma busca metódica dos documentos que puderam interessar ao tema da pesquisa. A coleta de dados baseou-se na consulta de livros e sistemas de busca na internet (monografias, artigos, sites).

6 CONCLUSÃO

Longe de querermos estabelecer regras no sentido de formular rígidas condutas e posturas técnicas junto aos usuários, esse estudo buscou promover um olhar voltado para o próprio profissional que atua nessa relação complexa. Reconhecemos que essa atitude não é fácil de fazer em nosso cotidiano. Sabemos também que não se trata de fazer um julgamento moral sobre as limitações psicológicas da atuação do profissional, mas sim reconhecermos a sua condição humana nesse processo.

A Consciência de uma relação intersubjetiva que se estabelece junto com o usuário, abre para possibilidades de nos revermos de forma criativa nessa relação, evitando a cristalização da nossa prática e possibilitando a construção de uma práxis transformadora tanto para o profissional como para os usuários.

Estarmos sensíveis aos aspectos subjetivos de nosso trabalho, nos permite mergulhar na profundidade do relacionamento humano reconhecendo toda a sua complexidade, liberando o potencial generativo dos atores dessa relação.

Ambos se beneficiarão com essa atitude. Ao assumirmos o desafio de nos vermos nessa relação, buscando conhecer nossas motivações inconscientes, poderemos encontrar novos significados em nossa prática. Percebermos-nos nessa relação, permite também ressignificarmos o nosso olhar para o usuário, não o reduzindo a uma mera condição objetiva de necessitado (casa, mobília, dinheiro, comida...) o que o transformaria em simples beneficiário de uma política pública. Nosso intuito abre-se para a perspectiva de reconhecer a condição de sujeito do usuário, capaz de desejar e realizar suas próprias escolhas, logicamente consciente do contexto limitador de um programa de proteção.

Acreditamos ser esse o grande desafio de nossa atuação. Seremos capazes de reconhecer as demandas objetivas e subjetivas tanto dos usuários quanto as nossas, cientes das possibilidades e limites de atendimento.

Não temos a pretensão de fechar as questões que suscitaram todas essas reflexões, bem como, temos a consciência de que não chegamos a contemplar em sua totalidade a complexidade do fenômeno dos relacionamentos

humanos. Nesse sentido, fica o desafio desse estudo motivar o interesse para novas incursões a esse universo interior.

REFERÊNCIAS

Bucher, Richard – *A Psicoterapia pela fala: Fundamentos, princípios, questionamentos*. – São Paulo: EPU, 1989.

Guggenbühl-Craig, Adolf – *O abuso de poder na psicoterapia e na medicina, serviço social, sacerdócio e magistério*; [tradução Roberto Gambini]. – São Paulo: Paulus, 2004. Coleção: Amor e psique.

Hillman, James – *Uma busca interior em psicologia e religião*; [tradução Aracéli Martins Elman; revisão José Joaquim Sobral]. – São Paulo: Paulus, 1984. Coleção: Amor e psique.

Severino, Antônio Joaquim – *Metodologia do trabalho científico*. – 22 ed. Ver. e ampl. De acordo com a ABNT – São Paulo: Cortez, 2002.

Silva, Inácio da – *PROVITA São Paulo: história de uma política pública de combate à impunidade, defesa dos direitos humanos e construção da cidadania* / Inácio da Silva, Nicolau João Bakker, Equipe Técnica do PROVITA / SP; Inácio da Silva, (coordenador). 1. ed. São Paulo: CDHEPCL, 2008.

Sites Consultados

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742.htm>. Acesso em: 19 ago. 2009.

Fidelis, Solange Silva dos Santos – Conceito de Assistência e Assistencialismo. Trabalho apresentado no 2º Seminário Nacional Estado e Políticas Sociais no Brasil, Paraná, Outubro de 2005.

<http://cac-phpphp.unioeste.br/projetos/gpps/midia/seminario2/poster/servico_social/pss13.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2009.

GAJOP - Gabinete de Assessoria às Organizações Populares. Site Oficial. <<http://www.gajop.org.br/provita/provita.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

Ramminger, Tatiana – Psicologia comunitária X assistencialismo: possibilidades e limites. *Psicologia Ciência e Profissão*, V. 21 nº 1, Brasília, Março de 2001. <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932001000100005&lng=es&nrm=#2b>. Acesso em: 3 out. 2009.

Rolim, Marcos (Deputado Federal – PT/ RS) <<http://www.rolim.com.br/cronic5.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2009.

Rosato, Cássia Maria - A psicologia no Provita: trajetórias da subjetividade e cidadania. Psicologia: Ciência e Profissão, V. 25 n° 4, Brasília Dezembro de 2005. <http://pepsic.bvs-psi.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932005000400012&lng=pt&nrm>. Acesso em: 23 set. 2009.